



Demonstrações Financeiras 2020/2
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região
Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 04/03/2021, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Paulo Omar Ferronato Da Rosa
Diretor Executivo
CPF: 398.130.880-87

Douglas Zanandrea
Diretor de Operações
CPF: 952.401.100-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2020

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**





Building a better
working world

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC

Tapejara / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações de sobras, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Este documento foi assinado digitalmente por Douglas Zanandrea, Paulo Omar Ferronato Da Rosa e Eduardo Netto Sarubbi. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CB03-EA82-27E3-7A39.



Building a better
working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Este documento foi assinado digitalmente por Douglas Zanandrea, Paulo Omar Ferronato Da Rosa e Eduardo Netto Sarubbi. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CB03-EA82-27E3-7A39.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC, em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A cooperativa no decorrer do exercício social de 2020 atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua, além de diversas ações sociais. Podemos destacar os seguintes negócios sociais: O Fundo Social da Cooperativa beneficiou 65 entidades em 26 municípios, apoiando projetos voltados aos temas da saúde, meio ambiente, segurança, educação, cultura, esportes e inclusão social. O objetivo principal do apoio aos projetos é promover o crescimento e desenvolvimento das regiões onde a cooperativa atua.

Durante este período podemos destacar os seguintes fatos administrativos: ampliação da presença da Cooperativa, com início das atividades nas agências de Monte Alegre dos Campos e São José dos Ausentes, ambas no Rio Grande do Sul. Além de ampliações neste ano iniciamos a construção da nova sede da Cooperativa em Tapejara, Rio Grande do Sul.

Enfrentamento da Pandemia

Ao longo de todo o ano seguimos enfrentando a pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país. O Sicredi esteve junto à população, prestando o atendimento necessário aos associados, colaboradores e às comunidades. Tomamos os cuidados para evitar a propagação da doença, seguindo as orientações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes no combate ao vírus; e mantivemos viva a nossa missão: valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito seguiram ativas e disponibilizamos também as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. Como é intrínseco do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilita ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios. Em um ano marcado pelo distanciamento humano, nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo) viabilizaram muitas de nossas demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações.

Por meio de movimentos como Gente que Coopera Cuida e Eu Coopero com a Economia Local cuidamos das pessoas; tivemos bem-estar de colaboradores e associados como foco e reafirmamos a força do cooperativismo como motor capaz de contribuir com a continuidade da atividade econômica no país.

A cooperativa atuou fortemente neste momento de crise para que as demandas dos associados fossem sempre atendidas. Dentro das ações de enfrentamento à pandemia, destacamos o apoio financeiro a 14 entidades hospitalares que atuam na região. Os recursos foram doados para auxiliar as entidades na compra de equipamentos e insumos para o combate à pandemia do COVID 19.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO	1.558.334	1.120.059	PASSIVO	1.336.485	914.496
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	6.895	13.167	DEPÓSITOS (Nota 12)	861.872	597.627
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.527.148	1.083.601	Depósitos à vista	259.861	138.404
Aplicações interfinanceiros de liquidez (Nota 05)	28.954	66.780	Depósitos interfinanceiros	59.872	8.555
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	258.944	232.665	Depósitos a prazo	542.139	450.668
Centralização financeira (Nota 04)	163.010	87.573	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	418.958	271.383
Relações interfinanceiras ativas	388	672	Relações interfinanceiras (Nota 13)	412.183	265.780
Operações de crédito (Nota 07)	1.037.257	666.282	Obrigações por repasses (Nota 14)	1.376	-
Outros ativos financeiros (Nota 08)	38.595	29.629	Outros passivos financeiros (Nota 15)	5.399	5.603
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(35.953)	(28.194)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 16)	1.766	962
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	6.429	6.696	OUTROS PASSIVOS (Nota 17)	53.889	44.524
INVESTIMENTOS (Nota 10)	22.032	21.311	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	221.849	205.563
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	26.438	17.438	CAPITAL SOCIAL	43.931	44.860
INTANGÍVEL (Nota 11)	5.345	6.040	RESERVAS DE SOBRAS	169.792	150.851
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	8.126	9.852
TOTAL DO ATIVO	1.558.334	1.120.059	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.558.334	1.120.059

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

Descrição das contas	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	56.027	113.243	105.081
Operações de crédito (Nota 07)	52.457	104.750	98.095
Resultado títulos e valores mobiliários	3.562	8.468	6.975
Resultado das aplicações compulsórias	8	25	11
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.943)	(42.505)	(43.412)
Operações de captação no mercado	(5.689)	(13.018)	(22.825)
Operações de empréstimos e repasses	(7.860)	(14.779)	(11.592)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(7.394)	(14.708)	(8.995)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	35.084	70.738	61.669
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(18.345)	(36.068)	(21.161)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	17.078	31.632	26.246
Rendas de tarifas bancárias	4.452	8.649	8.821
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 21)	(18.166)	(34.607)	(31.699)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	(15.216)	(29.845)	(26.780)
Dispêndios e despesas tributárias	(361)	(825)	(934)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	5.635	10.543	23.245
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	(11.767)	(21.615)	(20.060)
RESULTADO OPERACIONAL	16.739	34.670	40.508
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(46)	(127)	2.578
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	16.693	34.543	43.086
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(609)	(2.047)	(2.299)
Provisão para Imposto de Renda	(349)	(1.242)	(1.409)
Provisão para Contribuição Social	(260)	(805)	(890)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(2.089)	(3.856)	(4.633)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	13.995	28.640	36.154

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC

CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2019	44.425	127.478	781	8.075	180.759
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(7.181)	(7.181)
Destinações para reservas	-	-	812	(812)	-
Outras destinações	-	-	-	(82)	(82)
Capital de associados					
Aumento de capital	165	-	-	-	165
Baixas de capital	(2.305)	-	-	-	(2.305)
Reversões de reservas	-	-	(520)	520	-
Resultado do período	-	-	-	36.154	36.154
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.589)	(1.589)
Juros sobre o capital próprio	2.575	-	-	(2.615)	(40)
Reserva de Expansão	-	-	953	(953)	-
Reserva legal - Estatutária	-	19.069	-	(19.069)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.278	-	(2.278)	-
Fundo Social	-	-	-	(318)	(318)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	44.860	148.825	2.026	9.852	205.563
Mutações do Período	435	21.347	1.245	1.777	24.804
Saldos no início do período em 01/01/2020	44.860	148.825	2.026	9.852	205.563
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(8.208)	(8.208)
Destinações para reservas	-	-	1.543	(1.543)	-
Outras destinações	-	-	-	(101)	(101)
Capital de associados					
Aumento de capital	196	-	-	-	196
Baixas de capital	(2.384)	-	-	-	(2.384)
Reversões de reservas	-	-	(1.226)	1.226	-
Resultado do período	-	-	-	28.640	28.640
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Juros sobre o capital próprio	1.259	-	-	(1.278)	(19)
FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(203)	(203)
Reserva de Expansão	-	-	792	(792)	-
Reserva legal - Estatutária	-	15.830	-	(15.830)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.002	-	(2.002)	-
Fundo Social	-	-	-	(316)	(316)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	43.931	166.657	3.135	8.126	221.849
Mutações do Período	(929)	17.832	1.109	(1.726)	16.286
Saldos no início do período em 01/07/2020 (Não auditado)	43.614	148.825	3.339	14.875	210.653
Capital de associados					
Aumento de capital	131	-	-	-	131
Baixas de capital	(1.073)	-	-	-	(1.073)
Reversões de reservas	-	-	(996)	996	-
Resultado do período	-	-	-	13.995	13.995
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.319)	(1.319)
Juros sobre o capital próprio	1.259	-	-	(1.278)	(19)
FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(203)	(203)
Reserva de Expansão	-	-	792	(792)	-
Reserva legal - Estatutária	-	15.830	-	(15.830)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.002	-	(2.002)	-
Fundo Social	-	-	-	(316)	(316)
Saldos no fim do período em 31/12/2020	43.931	166.657	3.135	8.126	221.849
Mutações do Período	317	17.832	(204)	(6.749)	11.196

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	20.025	40.764	39.238
Resultado do semestre/exercício	13.995	28.640	36.154
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.030	12.124	3.084
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.079	7.759	131
Provisão para desvalorização de outros ativos	53	76	118
Depreciação e amortização	2.637	4.812	4.057
Baixas do ativo permanente	75	195	212
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	708	804	155
Destinações ao FATES	(1.522)	(1.522)	(1.589)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(540)	53.266	(271.648)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	22.756	37.826	(30.240)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(11.740)	(26.279)	(192.812)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.244	284	(412)
(Aumento) em operações de crédito	(317.293)	(370.975)	(146.730)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	182.660	146.403	43.575
(Aumento) em outros ativos financeiros	(9.621)	(8.966)	(6.930)
Redução em outros ativos	1.125	191	134
Aumento em depósitos	110.802	264.245	53.229
Aumento (Redução) em passivos financeiros	643	(204)	507
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	196	1.376	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(346)	(1.065)	(1.086)
Aumento em outros passivos	13.034	10.430	9.117
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	19.485	94.030	(232.410)
Aquisição de investimentos	(248)	(721)	(473)
Aquisição de imobilizado de uso	(9.393)	(12.099)	(4.504)
Aplicações no intangível	(677)	(1.213)	(747)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(10.318)	(14.033)	(5.724)
Integralização de capital	131	196	165
Baixa de capital	(1.073)	(2.384)	(2.305)
Fundo Social	(316)	(316)	(318)
Juros ao capital próprio	(19)	(19)	(40)
Distribuição de Sobras	-	(8.309)	(7.263)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(1.277)	(10.832)	(9.761)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	7.890	69.165	(247.895)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	162.015	100.740	348.635
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	169.905	169.905	100.740

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Este documento foi assinado digitalmente por Douglas Zamandrea, Paulo Omar Ferronato Da Rosa e Eduardo Netto Sarubbi. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CB03-EA82-27E3-7A39.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**(Em milhares de Reais)****Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80**

	01/07/2020 a 31/12/2020 (Não auditado)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Resultado líquido do exercício	13.995	28.640	36.154
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	13.995	28.640	36.154

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Este documento foi assinado digitalmente por Douglas Zanandrea, Paulo Omar Ferronato Da Rosa e Eduardo Netto Sarubbi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CB03-EA82-27E3-7A39.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 07/12/1988 e sede situada na Rua 15 de Novembro, 179, Sala 301, na cidade de Tapejara - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2020, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.990 pontos, dos quais a Cooperativa opera em 30 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2021.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos e repasses interfinanceiros

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os repasses interfinanceiros estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na NOTA 07;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na NOTA 16;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

r) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o real (R\$), e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

s) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	6.895	13.167
Relações interfinanceiras - centralização financeira em Cooperativa Central	163.010	87.573
Total	169.905	100.740

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiações, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2020 equivale a 98% do CDI (dezembro de 2019 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
DI entre Cooperativas	12.963	10.612	-	23.575	48.902
DI entre Banco e Cooperativa	-	810	4.569	5.379	17.878
Total	12.963	11.422	4.569	28.954	66.780
Total circulante				24.385	29.975
Total não circulante				4.569	36.805

As aplicações de DI entre Cooperativas são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez, com taxa de remuneração de até 107% do CDI.

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa são realizadas para cobrir as antecipações de recebíveis na aquisição e as operações de consignado INSS, ambas efetuadas pelos associados, com taxa de remuneração de 105% e 100% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Mantidos até o vencimento	31/12/2020				31/12/2019
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa	27.704	-	-	27.704	232.665
Cotas de fundos multimercado	231.240	-	-	231.240	-
Total	258.944	-	-	258.944	232.665
Total circulante				258.944	232.665

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2020					31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Empréstimos e títulos descontados	4.012	48.611	123.044	268.963	444.630	305.334	
Financiamentos	338	12.342	55.402	88.653	156.735	80.540	
Financiamentos rurais e agroindustriais	37	43.339	274.749	117.767	435.892	280.408	
Total das operações de crédito	4.387	104.292	453.195	475.383	1.037.257	666.282	
Avais e fianças honrados	31	-	-	-	31	90	
Devedores por compra de valores e bens	-	33	154	279	466	363	
Títulos e créditos a receber	-	25.488	8.708	15	34.211	25.470	
Total de outros créditos	31	25.521	8.862	294	34.708	25.923	
Carteira total	4.418	129.813	462.057	475.677	1.071.965	692.205	
Total circulante					596.288	457.343	
Total não circulante					475.677	234.862	

Os títulos e créditos a receber referem-se aos valores a receber de associados relativos a transações de cartões efetuadas na modalidade crédito sem juros.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
AA	-	38.988	57	-	-
A	0,50	300.095	202.187	1.496	1.011
B	1,00	507.876	278.456	5.075	2.785
C	3,00	160.847	156.946	4.823	4.708
D	10,00	29.451	28.141	2.945	2.814
E	30,00	13.002	10.239	3.893	3.072
F	50,00	6.182	3.637	3.091	1.819
G	70,00	2.981	3.502	2.087	2.451
H	100,00	12.543	9.040	12.543	9.040
Total		1.071.965	692.205	35.953	27.700

Em 31 de dezembro de 2020 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0 (dezembro de 2019 - R\$ 494).

Conforme disposto no Art. 5º da Resolução 4800/20 a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos deve incidir apenas sobre o montante equivalente ao Capital Próprio destinado para esse fim, esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui Coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 163.218 (dezembro de 2019 - R\$ 145.400) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 26). As provisões decorrentes desses contratos estão registradas na rubrica 4.9.9.45.85-8 - Provisão para Garantias Financeiras Prestadas - Outros Fianças Bancárias, e compreendem o montante de R\$ 3.124 (dezembro de 2019 - R\$ 3.102) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2020					31/12/2019	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira	
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Pessoas físicas	3.630	52.336	102.460	161.248	319.674	222.585	
Rural	37	43.339	274.749	117.767	435.892	280.408	
Industrial	17	3.620	9.334	24.983	37.954	22.308	
Comércio	440	20.172	48.583	107.078	176.273	107.596	
Outros serviços	294	10.346	26.931	64.601	102.172	59.308	
Total	4.418	129.813	462.057	475.677	1.071.965	692.205	
Total circulante					596.288	457.343	
Total não circulante					475.677	234.862	

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	%	31/12/2019	%
10 maiores devedores	68.315	6,37	40.999	5,92
50 devedores seguintes	133.774	12,48	92.377	13,35
100 devedores seguintes	124.136	11,58	89.079	12,87
Demais	745.740	69,57	469.750	67,86
Total	1.071.965	100,00	692.205	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	28.194	28.063
Constituição de provisão	36.972	28.701
Reversão de provisão	(22.264)	(19.706)
Movimentação de baixados para prejuízo	(6.949)	(8.864)
Saldo final	35.953	28.194

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	31.568	66.300	69.239
Financiamentos	7.925	14.476	9.164
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.684	20.126	15.470
Outros	27	73	52
Subtotal	50.204	100.975	93.925
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	2.253	3.775	4.170
Total	52.457	104.750	98.095

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 21.744 (2019 - R\$ 26.585).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e créditos a receber (Nota 07)	34.211	25.470
Rendas a receber	2.430	1.827
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	466	363
Créditos específicos	-	334
Avais e fianças honrados (Nota 07)	31	90
Operações com cartões	402	370
Devedores por depósitos em garantia	1.055	1.175
Total	38.595	29.629
Total circulante	37.246	28.196
Total não circulante	1.349	1.433

Os títulos e créditos a receber referem-se a valores a receber das transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2020	31/12/2019
Outros valores e bens	4.589	5.104
Adiantamentos e antecipações salariais	215	88
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	379	174
Adiantamentos para Confederação Sicredi	762	888
Impostos e contribuições a compensar	50	35
Cotas de consórcio	227	285
Pendências a regularizar	151	66
Outros	56	56
Total circulante	6.429	6.696

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	5.120	5.531
Imóveis	5.077	5.428
Veículos e afins	43	103
Despesas antecipadas	93	121
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(624)	(548)
Total circulante	4.589	5.104

b) Movimentação da provisão para desvalorização de bens não de uso:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(548)	(430)
Constituição de provisão	(179)	(137)
Reversão de provisão	103	19
Saldo final	(624)	(548)

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.856	11.669
Sicredi Participações S.A.	10.175	9.641
Outras participações e investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	22.032	21.311

Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Número de ações/quotas possuídas	3.302.016 ON	3.242.427 ON	1	1	11.856.128	11.668.657
	6.872.636 PN	6.748.493 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,86%	0,95%	0,62%	0,62%	2,92%	2,99%
Capital social	1.178.211	969.491	161	164	406.094	389.851
Patrimônio líquido	1.222.087	989.638	334.310	312.950	416.563	400.409
Resultado líquido do exercício	38.149	6.514	21.363	60.259	-	5
Valor do investimento	10.175	9.641	1	1	11.856	11.669

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	41.497	(15.059)	26.438	17.438
Imobilizações em curso	-	8.614	-	8.614	1.427
Terrenos	-	1.550	-	1.550	1.550
Edificações	4%	3.488	(1.136)	2.352	2.458
Instalações	10%	1.898	(906)	992	556
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	9.914	(4.904)	5.010	4.170
Móveis e equipamentos	10%	6.014	(2.670)	3.344	2.789
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.070	(783)	1.287	1.005
Equipamentos de processamento de dados	20%	7.206	(4.279)	2.927	3.231
Veículos	20%	743	(381)	362	252
Intangível		15.229	(9.884)	5.345	6.040
Investimentos Confederação		15.229	(9.884)	5.345	6.040

Os investimentos Confederação são valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para o intangível e referem-se aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	259.861	-	-	259.861	138.404
Depósitos interfinanceiros	-	52.070	7.802	59.872	8.555
Depósitos a prazo	12.327	28.455	501.357	542.139	450.668
Total	272.188	80.525	509.159	861.872	597.627
Total circulante				352.713	192.056
Total não circulante				509.159	405.571

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Repasses interfinanceiros	412.182	265.780
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	-
Total	412.183	265.780

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	37.027	246.026	91.389	374.442	265.780
Total - Recursos do Crédito Rural	37.027	246.026	91.389	374.442	265.780
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	41	-	37.699	37.740	-
Total - Outros Recursos	41	-	37.699	37.740	-
Total	37.068	246.026	129.088	412.182	265.780
Total circulante				283.094	218.009
Total não circulante				129.088	47.771

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 16/11/2030, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de outros recursos operam com uma taxa de 124,5% do CDI com vencimentos até 15/03/2027, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. Sendo que para os recursos advindos do compulsório da poupança a taxa praticada é 84,5% do CDI e vencimento em 01/06/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasse no País	31/12/2020				31/12/2019
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	112	411	853	1.376	-
Total	112	411	853	1.376	-
Total circulante				523	-
Total não circulante				853	-

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para garantias financeiras prestadas	3.124	3.102
Recursos em trânsito de terceiros	2.275	2.501
Total circulante	5.399	5.603

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	Provável	944	653
Cível	Provável	822	309
Total não circulante		1.766	962

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2020	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2020
Trabalhista	653	291	-	944
Cível	309	525	(12)	822
Total não circulante	962	816	(12)	1.766

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 941; R\$ 512; R\$ 2 (dezembro de 2019 - R\$ 668, R\$ 907 e R\$ 119), respectivamente.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Operações com cartões	33.348	24.494
Provisão para pagamentos a efetuar	3.530	2.987
Cotas de capital a pagar	2.709	2.331
Provisão para participações nos lucros	3.938	4.733
Fundo de assistência técnica, educacional e social	3.813	3.355
Demais fundos constituídos	322	318
Impostos e contribuições a recolher	2.864	3.026
Credores diversos	3.037	1.714
Cheques administrativos	-	400
Cobrança e arrecadação de tributos	3	197
Pendências a regularizar	325	969
Total Circulante	53.889	44.524

As operações com cartões referem-se a agenda financeira de cartão e parcelado lojista.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	43.931	44.860
Total de associados	69.775	66.468

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa variou seu capital social no montante de R\$ -929 (2019 – R\$ 435), sendo R\$ 1.259 (2019 – R\$ 2.575) via integralização de resultados e R\$ 196 (2019 – R\$ 165), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.384 (2019 – R\$ 2.305).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 2,91% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.278, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 60% para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a Reserva de Expansão, destinada a ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação;
- 1,2% para o Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	34.543	43.086
Participação nas sobras	(3.856)	(4.633)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	30.687	38.453
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(12.275)	(15.381)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	9.561	11.952
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	511	1.046
Demais adições e exclusões previstas na legislação	156	84
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.047)	(2.299)

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	28.954	66.780
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	258.944	232.665
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	163.010	87.573
Outros ativos financeiros - Rendas a receber (Nota 08)	2.069	1.498
Outros ativos (Nota 09)	762	920
Investimentos (Nota 10)	22.032	21.311
Intangível (Nota 11)	5.345	6.040
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 12)	59.872	8.555
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	412.182	265.780
Outros passivos (Nota 17)	32.027	24.478
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	8.468	6.975
Ingressos e receitas de prestação de serviços	14.451	12.075
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 23)	3.759	17.210
Receita não operacional - Doação SFG	-	1.543
Despesas		
Operações de captação no mercado	666	482
Operações de empréstimos e repasses	14.753	11.592
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 22)	933	2.584
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 24)	10.257	10.421

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2020	% em relação ao total	31/12/2019
Depósitos à vista	138	0,05%	98
Depósitos a prazo	173	0,03%	137
Operações de crédito	1.867	0,18%	1.295

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2020	31/12/2019
Pessoas chave da administração	3.758	3.058

NOTA 21 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração	10.815	20.754	18.786
Benefícios	3.015	5.911	5.414
Encargos sociais	4.333	7.931	7.485
Treinamentos	3	11	14
Total	18.166	34.607	31.699

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Água, energia e gás	391	829	752
Aluguéis	1.530	3.013	2.624
Comunicação	673	1.334	1.421
Manutenção e conservação	1.313	2.447	2.488
Material de expediente	300	631	560
Processamento dados	495	959	798
Promoções, relações públicas, propaganda e publicidade	891	1.713	1.995
Serviços do sistema financeiro	1.185	2.325	2.100
Serviços de técnicos especializados e de terceiros	2.189	3.765	2.301
Serviços de vigilância e segurança	1.224	2.404	2.374
Serviços de transportes	621	1.537	1.980
Depreciação	1.557	2.904	2.500
Amortização (Rateio Confederação)	1.080	1.908	1.557
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	346	1.065	1.086
Emolumentos e taxas diversas	205	385	408
Outras despesas administrativas	1.216	2.626	1.836
Total	15.216	29.845	26.780

NOTA 23 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Absorção de dispêndios - FATES	346	1.065	1.086
Utilização de fundo social	312	312	-
Recuperação de encargos e despesas	453	756	1.069
Ingressos depósitos intercooperativos	1.551	3.262	16.667
Reversão de provisões operacionais	1.678	2.814	2.411
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	821	1.723	1.564
Reversão de provisões para passivos contingentes	-	12	202
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	24	24	-
Outras rendas operacionais	450	575	246
Total	5.635	10.543	23.245

Os ingressos depósitos intercooperativos refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.996	3.379	2.866
Contribuições Cooperativistas	71	143	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	187	479	564
Contribuição Confederação Sicredi	4.109	7.842	7.778
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	447	805	765
Encargos da administração financeira	-	2	96
Repasso Administradora de Cartões	-	105	290
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.005	1.745	1.653
Provisões para passivos contingentes	708	816	357
Outras provisões operacionais	1.203	2.296	2.137
Operação com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	1.255	2.073	1.348
Risco operacional	223	416	853
Juros e comissões	297	501	191
Outras despesas operacionais	266	1.013	1.031
Total	11.767	21.615	20.060

NOTA 25 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2020	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes das destinações	13.995	28.640	36.154
Eventos não recorrentes	-	-	1.543
Resultado recorrente	13.995	28.640	34.611

NOTA 26 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiários de garantias prestadas	163.218	145.390
Coobrigações em cessões de crédito	-	10
Total	163.218	145.400

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementados para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

VII - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 28 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	216.504	199.523
Nível I (NI)	216.504	199.523
Capital principal - CP	216.504	199.523
Capital social	43.931	44.860
Reservas de capital	169.792	150.851
Lucros acumulados	8.126	9.852
Ajustes Prudenciais	(5.345)	(6.040)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.200.588	885.484
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	931	1.110
Margem de Capital	104.519	105.437
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,03%	22,53%
Situação de Imobilização (Imob)	26.439	17.439
Índice de Imobilização (Imob / PR)	12,21%	8,74%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 29 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Paulo Omar Ferronato Da Rosa
Diretor Executivo
CPF: 398.130.880-87

Douglas Zanandrea
Diretor de Operações
CPF: 952.401.100-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

Este documento foi assinado digitalmente por Douglas Zanandrea, Paulo Omar Ferronato Da Rosa e Eduardo Netto Sarubbi.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código CB03-EA82-27E3-7A39.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sicredi. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CB03-EA82-27E3-7A39> ou vá até o site <https://sicredi.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CB03-EA82-27E3-7A39



Hash do Documento

D08AB1AECE6035FE32F2D2A585141CE0EC7B6E5ABCAEF5A143B3A61D2B204AED

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/03/2021 é(são) :

Douglas Zanandrea (Diretor de Operações) - 952.401.100-00 em
05/03/2021 14:49 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Paulo Omar Ferronato Da Rosa (Diretor Executivo) - 398.130.880-
87 em 05/03/2021 14:48 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Eduardo Netto Sarubbi (Contador) - 694.157.650-20 em
05/03/2021 10:00 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

